



REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA SOBRE O IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA SOBRE IDEB – ÍNDICE DE DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Luíza Cassiano Rangel

Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidades – UCAM

luizacrangel@yahoo.com.br

Ludmila Gonçalves da Matta

Professora do Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da
Universidade Cândido Mendes

ludmatta@yahoo.com.br

Eduardo Shimoda

Professor do Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da
Universidade Cândido Mendes

shimoda@ucam-campos.br

RESUMO: A rede educacional brasileira tem avançado em sua abrangência ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, o maior desafio hoje é desenvolver a educação num sentido mais amplo, em especial, na qualidade do ensino ofertada. O grande número de artigos publicados anualmente exige que as informações sejam sintetizadas e organizadas de forma que o progresso científico e avanço das discussões na área educacional sejam otimizados. Através da metodologia utilizada, a revisão sistematizada da literatura, pretende-se alcançar o objetivo central desse artigo, que é levantar uma discussão incipiente sobre a qualidade da Educação no Brasil através da perspectiva do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Esse índice é a principal referência para discussão da qualidade da Educação Básica no país. Verificou-se que publicações se utilizaram do IDEB para mensurar a qualidade da Educação Básica conforme aponta o Plano Nacional de Educação - PNE. Além disso, foram apresentados alguns aspectos bibliográficos dessas publicações. Observou-se que, além do IDEB, uma série de outras variáveis são utilizadas para aferir a qualidade da educação, algumas delas mais qualitativas e capazes de se medir apenas numa imersão escolar, outras são mais generalizadas e disponibilizadas nos censos. Todo esse levantamento torna-se introdutório para qualquer estudo a respeito da qualidade da educação, assunto de extrema relevância para o país e demais interessados na melhoria da educação nos países em desenvolvimento. Apesar dos avanços mensurados não evoluírem na velocidade esperada, é possível verificar nas avaliações em larga escala que a educação brasileira apresenta melhora ao longo da evolução histórica.

Palavras-Chave: Educação; IDEB; Qualidade.

Palabras Clave: Educación; IDEB; Calidad.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com dimensões continentais, são mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 5.570 municípios e uma população estimada de 208.494.900 pessoas em 2018 (IBGE, 2019). Essa extensão territorial associada ao tamanho da população lança grande desafio para as políticas públicas, em especial, às políticas educacionais, que apresentam adversidades históricas, ainda distantes de serem superadas.

A rede educacional brasileira conta com mais de 2,2 milhões de docentes na Educação Básica. São mais de 180 mil escolas que oferecem esta etapa de ensino, das quais 77,7% pertencem a rede pública (municipal, estadual ou federal). Ao todo, são 48,5 milhões de matrículas na educação básica em 2018, mas ainda existe 1,5 milhão de brasileiros de 4 a 17 anos fora da escola (CRUZ; MONTEIRO, 2019, p. 14). Nos anos de 1970, menos da metade da população dessa faixa etária estudava.

Ainda é necessário avançar, principalmente quando se verifica que 55% das crianças de 8 e 9 anos não estão alfabetizadas. Aproximadamente um quarto dos jovens brasileiros com 16 anos não concluíram o Ensino Fundamental e 41% dos que tem 19 anos não concluíram o Ensino Médio. Esses dados demonstram que o maior obstáculo atualmente é o da qualidade ofertada nas escolas brasileiras.

Com o grande número de artigos publicados anualmente, é necessário sintetizar e organizar as informações de forma que o progresso científico e avanço das discussões na área sejam otimizados.

Este artigo busca apresentar aspectos bibliográficos das publicações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Através dessa revisão sistematizada é possível verificar se as publicações sobre o tema proposto, utilizam esse índice para mensurar a qualidade da educação conforme aponta o PNE. Será investigado também, as variáveis que são apontadas nessas publicações como responsáveis por um melhor cenário educacional.

Dessa forma, espera-se que essa discussão contribua para que pesquisadores, professores e gestores da área educacional se atualizem sobre o assunto de forma rápida e objetiva ao responder as questões supracitadas.

O artigo está dividido em seis seções. Após a introdução, serão tratados alguns aspectos da Educação Básica no Brasil e a importância de se avaliar a educação como um todo. A terceira seção apresenta o IDEB, seu cálculo, metas e objetivos. A revisão sistematizada da literatura, metodologia adotada, encontra-se detalhada na quarta seção. Os resultados encontrados estão descritos na quinta seção e, após a apresentação desses dados, a seção final com algumas considerações.

2. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 ampliou a Educação Básica de 8 para 12 anos de estudo. Antes, era compreendida apenas pelo Ensino Fundamental, antigo primeiro grau (1ª a 8ª séries). Atualmente, passou a considerar desde a Alfabetização até o Ensino Médio, o que ampliou em 4 anos a concepção anterior de Educação Básica (BRASIL, 1996).

Conforme afirma Sheibe (2014), o maior desafio hoje não é o acesso à escola, mas sim, elevar a qualidade do ensino ofertado nas redes públicas. Um

primeiro passo para superar as deficiências, é compreendê-las. Para isso, é fundamental um diagnóstico completo do sistema. O Educacenso e as avaliações educacionais permitem ter uma visão ampla dos pontos positivos e negativos de cada rede, além de verificar as prioridades e avanços alcançados.

A avaliação é parte importante de uma política pública. Com ela, é possível definir, ajustar e avaliar as ações para obter o resultado delineado na fase de definição da política. Na área educacional não é diferente.

No Brasil, o uso eleitoral e a opinião pública sobre um dado ou avaliação possui peso. Os resultados apontados nas avaliações, sejam elas nacionais ou internacionais, exercem muita influência no processo eleitoral. Por esse motivo, elas devem ser bem elaboradas, para refletir a realidade da melhor forma possível - evitando julgamentos errôneos e servindo como prestação de contas à população. "Neste sentido, a produção e divulgação de avaliações rigorosas, tecnicamente bem-feitas, permitem o exercício de um importante direito democrático: o controle sobre as ações de governo" (ARRETCHE, 2009, p. 37).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice é uma medida comparativa usada para classificar os países de acordo com seu grau de "desenvolvimento humano". Compreende três pilares distintos: saúde, educação e renda. Na Tabela 1, verifica-se a Evolução deste índice ao longo dos anos. O Brasil é considerado um país com alto desenvolvimento humano, mas ainda ocupa a 79ª colocação, atrás de muitos países da América do Sul e Central.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro em 2010

Ranking IDH 2017	1990	2000	2010	2012	2014	2015	2016	2017
79º Brazil	0.611	0.684	0.727	0.736	0.752	0.757	0.758	0.759

Fonte: PNUD (2019)

Essa colocação é influenciada principalmente pelos componentes referentes à Longevidade e à Renda pois, ao analisar os dados, identifica-se que a variável Educação é a menor medida dentre as três dimensões avaliadas, conforme observa-se na Tabela 2. Isso demonstra que a educação é um dos desafios às políticas públicas brasileiras mais difíceis de se superar.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro em 2010

ESPACIALIDADE	IDH	IDH RENDA	IDH LONGEVIDADE	IDH EDUCAÇÃO
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637

Fonte: PNUD (2019)

O IDH verifica uma série de indicadores educacionais para elaborar o componente Educação, a saber: percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola; percentual de jovens de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo; percentual de jovens de 15 a 17 anos com fundamental completo; percentual de jovens de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo; e percentual de jovens de 18 a 20 anos com médio completo.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA (*Programme for International Student Assessment*) é outra forma de avaliar a educação no país, ele tem se tornado referência na avaliação em larga escala no contexto mundial. Esta avaliação comparada é aplicada trienalmente “de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países” (PISA, 2019).

Este exame é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e a cada ano o número de países e economias participantes tem aumentado. Em 2015, por exemplo, participaram do PISA, 35 países membros da OCDE e 35 países parceiros, incluindo o Brasil.

A cada ano, o PISA trabalha um enfoque disciplinar. Em 2015 o foco foi a área cognitiva de ciências, sendo avaliadas também as áreas de leitura e matemática. Além dessas áreas, houve também questões relativas a problemas e letramento financeiro.

Observa-se na Tabela 3, a evolução do PISA brasileiro ao longo dos anos, que se manteve crescente até 2012, caindo alguns pontos em todas as áreas no ano de 2015. O número de alunos e escolas participantes manteve-se numa escala ascendente, porém, a colocação brasileira não tem apresentado grandes alterações, estando sempre dentre os últimos colocados.

Tabela 3: PISA Brasileiro de 2000 a 2015

Área	PISA 2000	PISA 2003	PISA 2006	PISA 2009	PISA 2012	PISA 2015
-------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Matemática	334	356	370	386	391	377
Leitura	396	403	393	412	410	407
Ciências	375	390	390	405	405	401
Média Geral	368	383	384	401	402	395
Enfoque Disciplinar	Leitura	Matemática	Ciências	Leitura	Matemática	Ciências
Países participantes	32	41	57	61	65	70
Colocação brasileira	32	40	52	50	57	63
Total de inscritos	265.000	250.000	513.000	470.000	510.000	540.000
Alunos brasileiros	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589	23.141
Escolas brasileiras participantes	250	229	633	950	837	841
Primeiro lugar	Finlândia	Finlândia	Finlândia	China (Xangai)	China (Xangai)	Singapura

Fonte: PNUD (2019)

Com isso, o PISA fornece indicadores que permitem avaliar o perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes, além de monitorar o desempenho destes e dos sistemas educacionais ao longo do tempo.

Os dados demonstram que mudanças e melhorias no sistema de ensino brasileiro são necessárias, uma vez que o país ainda está longe de alcançar um patamar ideal e compatível com os países da OCDE, mesmo sendo perceptível a evolução ocorrida ao longo dos anos avaliados (PISA, 2016).

As notas alcançadas pelo Brasil nas avaliações internacionais refletem ainda a baixa qualidade do ensino no país. Essas dificuldades são históricas e vencer essas questões ainda é um desafio. Com o objetivo de melhorar a educação e reduzir as desigualdades educacionais é que foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

3. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O IDEB foi criado em 2007 pelo Governo Federal via Ministério da Educação e Cultura - MEC. Ele possui importante papel na política educacional brasileira. Através desse índice é aferido o cumprimento das metas estipuladas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e no Plano Nacional de Educação - PNE (INEP, 2019).

O PDE, oficializado através do Decreto nº 6.094/2007, também conhecido como Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, definiu que o IDEB seria

“o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao compromisso” (BRASIL, 2007).

A partir desse plano, o IDEB foi oficializado como índice para medir a eficácia daqueles que aderissem ao PDE. Ele tinha um prazo de quinze anos para ser completado, “mas acabou descontinuado antes desse prazo” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Em 2014 foi promulgada a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE. Este plano estabeleceu metas e estratégias para a melhoria da educação no país. Ele também conta com o IDEB para averiguar em que nível as metas e estratégias estão sendo cumpridas (BRASIL, 2014).

Além das questões legais, relevante ressaltar que a educação básica é a base para os demais níveis escolares. A continuidade dos estudos e a verticalização do ensino para o nível superior dependem diretamente da qualidade ofertada na educação básica, que hoje compreende desde a alfabetização (a partir do primeiro ano do Ensino Fundamental) até a conclusão do Ensino Médio (MENEZES; SANTOS, 2001).

O próprio índice já conta com metas a serem atingidas em cada ano. Importante ressaltar que para estipular essas metas, considerou-se o nível dos sistemas educacionais dos países integrantes da OCDE como referência.

As metas intermediárias para o IDEB em todas as esferas foram calculadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. A lógica é a de que para que o Brasil chegue à média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022, cada sistema deve evoluir segundo pontos de partida distintos, e com esforço maior daqueles que partem em pior situação, com um objetivo implícito de redução da desigualdade educacional (INEP, 2019b).

Cada escola, município e estado possui uma meta. O esforço em conjunto é necessário para que o país atinja a média almejada ao final do período definido.

O IDEB expressa resultados importantes da área educacional: aprendizagem (N) e fluxo (P). Esse índice aglutina os resultados do desempenho na Prova Brasil (notas dos alunos na avaliação) com a taxa de aprovação (alunos que passaram de ano). Com isso, “visa coibir tanto a reprovação indiscriminada quanto a

prática de aprovar alunos que nada aprenderam” (FERNANDES; GREMAUD, 2009, p. 6).

Os valores do IDEB variam de zero a dez e quanto mais próximo de dez, maior é o desenvolvimento da educação básica. O cálculo é feito separadamente para os anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e também para o Ensino Médio.

O Censo Escolar tem papel fundamental nessa conta, uma vez que fornece os dados de fluxo e aprovação para o cálculo do índice. As médias das avaliações são fornecidas pela Prova Brasil, para a rede municipal e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB para a rede estadual e federal.

Dessa forma, o IDEB promove uma prestação de contas à sociedade, demonstrando como está a qualidade da educação em cada escola, além de servir de instrumento para o MEC promover apoio técnico e financeiro para que a educação brasileira dê um salto de qualidade (INEP, 2019b).

Esse índice é importante condutor de política pública, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Visa possibilitar um diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas e projeta metas individuais intermediárias rumo ao desenvolvimento da Educação Básica.

A Tabela 3, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresenta um cenário melhor em relação aos anos finais e ensino médio. À exceção da rede privada, as dependências administrativas municipais e estaduais tem conseguido atingir as metas propostas desde 2007, inclusive a meta nacional com 5,8. Verifica-se, porém, que apesar de não cumprir as metas, as notas da rede privada são maiores, estando acima de 7, uma nota compatível com os países desenvolvidos da OCDE.

Tabela 3. IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Metas para o BRASIL de 2005 a 2017

Anos Iniciais do Ensino Fundamental															
	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7

Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Fonte: INEP (2019a)

O IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, que compreende do 6º ao 9º ano, apresentado na Tabela 4, já demonstra um cenário mais de desafiador, pois apesar de crescente, não atinge as metas estipuladas desde 2013. Assim como nos anos iniciais, a rede privada revela maior obstáculo para cumprir as metas, mesmo com uma nota acima de 6 desde 2015, não foi possível atingir a nota 7 em 2017, conforme estabelecido.

Tabela 4. IDEB dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Metas para o BRASIL de 2005 a 2017

Anos Finais do Ensino Fundamental															
	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa															
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: INEP (2019a)

Além dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio também é avaliado pelo IDEB. Nas últimas três edições, nenhuma das dependências administrativas atingiu as metas, e a rede privada apresenta essa dificuldade (de atingir as metas) há mais tempo, apesar de possuir as maiores notas.

Tabela 5. IDEB do Ensino Médio e Metas para o BRASIL de 2005 a 2017

Ensino Médio															
	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa															
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Fonte: INEP (2019a)

Discutir questões relativas a Educação Básica é sempre relevante por esse ser o alicerce dos demais níveis educacionais, esse tem sido um grande degrau para o desenvolvimento do país. As formações técnicas e superiores dependem diretamente da oferta e qualidade da Educação Básica e o país ainda não atingiu todas as metas educacionais propostas pelos planos nacionais e pelo próprio IDEB (Tabelas 3 a 5).

Assim, melhorar a qualidade da educação pública é fundamental para garantir uma maior igualdade de oportunidades. A constante discussão a respeito do tema é imprescindível para isso. Dessa forma, as avaliações e seus resultados permitem mais do que classificar os municípios, possibilitam diagnosticar a situação e orientar ações a fim de corrigir os problemas e, enfim, garantir, conforme direito constitucional, uma educação pública de qualidade para todos.

Várias são as críticas ao método e ao cálculo do IDEB, que são interpretados como sucesso ou fracasso. Contudo, a iniciativa de avaliar a qualidade de ensino no país se mostra extremamente necessária. A tentativa de traduzir esses dados complexos em um único índice de fácil entendimento é útil para que todos possam acompanhar a evolução da educação em cada escola, município, estado e, conseqüentemente, no país.

4. METODOLOGIA (REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA)

Esta Revisão Sistemática será baseada na proposição do Instituto Cochrane apresentado por Castro (2009, apud GOMES; CAMINHA, 2014, p. 402) em que estabelece sete passos para a realização de uma Revisão Sistemática: “(1) Formulação da pergunta, (2) Localização e seleção dos estudos, (3) Avaliação crítica dos estudos, (4) Coleta de dados, (5) Análise e apresentação dos dados, (6) Interpretação dos dados e (7) Aprimoramento e atualização da revisão” (HIGGINS; GREEN, 2011 apud GOMES; CAMINHA, 2014, p. 402).

Como primeira etapa desse estudo, foram elaboradas as questões a serem investigadas. O principal objetivo é averiguar se as publicações a respeito do IDEB se utilizam desse índice conforme preconiza a legislação. Será verificado também, que variáveis são apontadas como responsáveis por um melhor cenário educacional.

Com as perguntas formuladas, fez-se um levantamento das publicações que serão analisadas. O presente trabalho foi realizado através da coleta de informações nas bases de busca de artigos científicos Scopus e Scielo.

Os dados foram adquiridos em 14 de julho de 2019. Não se aplicou filtros para períodos específicos, logo, foram consultadas todas as publicações feitas até a data da coleta. Foram pesquisadas as publicações que continham o termo “IDEB” em seus títulos, pois entende-se que os artigos que tratam objetivamente do IDEB deveriam conter o termo em seu título. Assim, a estratégia de busca adotada para a Scielo foi a seguinte: *(ti:(ideb))*.

Na Scopus, a estratégia de busca foi a mesma (publicações com o termo “IDEB” no título), mas a sentença se escreve de forma diferente: *TITLE(ideb)*.

Apesar de buscar as mesmas informações, cada base possui sua linguagem própria para realização da busca, por isso as sentenças são diferentes.

A Scopus apresentou 13 resultados para a pesquisa realizada, enquanto a Scielo apresentou 17.

Na terceira etapa é necessário fazer a avaliação crítica dos artigos. Observou-se a possibilidade de obter o artigo completo para todos os artigos selecionados. Foi constatado que em duas das 30 publicações pesquisadas, IDEB não se referia a “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”. Assim, esses dois artigos foram excluídos das análises, por tratarem IDEB como sigla para outros termos, a saber: “Intermittent Dual-fluid Exhaust Burner” e “International Defence Exhibition Bratislava”.

Após validação dos títulos dos artigos, em que foi verificado se o termo “IDEB” contido no título era referente ao “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”, efetuou-se nova verificação dos títulos, a fim de localizar as publicações duplicadas nas duas bases, ou seja, se os artigos encontrados na Scopus também foram listados na Scielo. A Figura 1 apresenta o resultado dessa verificação, nessa figura é possível observar a interseção das publicações encontradas nas duas bases.

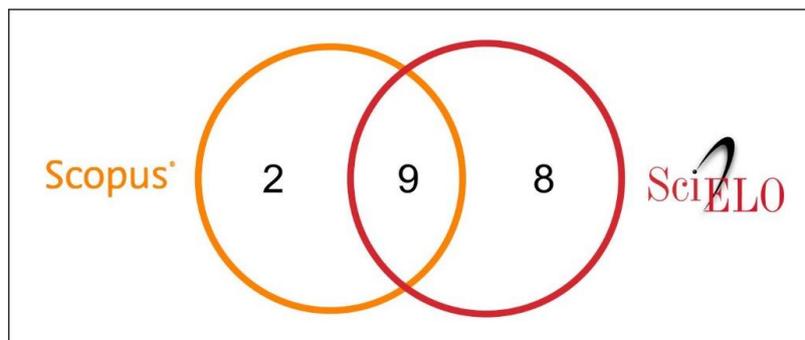


Figura 1 - Interseção das publicações da Scopus e Scielo após validação
Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

Das 19 publicações selecionadas, 9 encontram-se indexadas nas duas bases pesquisadas. Na Scielo foram identificadas 8 publicações que não continham na Scopus e, esta, por sua vez, apresentou 2 artigos que a Scielo não listou.

Com a etapa de seleção dos artigos concluída, a quarta etapa consiste na leitura dos artigos selecionados e coleta dos dados propostos. Neste caso, serão verificadas as duas questões norteadoras deste trabalho em cada artigo.

A Questão 1 refere-se a seguinte pergunta: A publicação utiliza-se do IDEB para mensurar a qualidade da Educação conforme preconiza a legislação? A segunda questão é um desdobramento da primeira e busca saber: Que variáveis são apontadas como responsáveis por um melhor cenário educacional?

Serão analisadas as publicações listadas no Quadro 1, que apresenta as publicações selecionadas.

TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO	ANO
Pobreza E municipalização da educação: Análise dos resultados do IDEB (2005-2009)	Andrews C.W., De Vries M.S.	Cadernos de Pesquisa	2012
Os resultados do IDEB no cotidiano escolar	Mesquita S.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2012
O Ideb: Limites e ilusões de uma política educacional	Almeida L.C., Dalben A., Freitas L.C.	Educação e Sociedade	2013
Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb	Costa-Hübes, Terezinha da Conceição	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2013
Qualidade de Ensino e Formação de Professores: interrelação com o IDEB e a Prova Brasil	Da Silva Freire E., Ferreira L.G.	Meta: Avaliação	2013
O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível	Duarte, Natalia de Souza	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2013
Pressupostos educacionais e estatísticos do ideb	Soares J.F., Xavier F.P.	Educação e Sociedade	2013
O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira	Schneider, Marilda Pasqual, Nardi, Elton Luiz	Revista Portuguesa de Educação	2014
O direito ao ensino fundamental em uma leitura dos resultados do IDEB e da política educacional em Curitiba-PR	Zampiri M., Souza A.R.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2014
O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: Em busca de significados	Chirinéa A.M., Brandão C.F.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2015
Relação entre educação básica e educação superior: algumas considerações com base em estudo exploratório do Ideb em Mato Grosso do Sul	Real, Giselle Cristina Martins	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2015
Tempo de Escola e Gestão Democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação	Bernado, Elisangela da Silva, Christovão, Ana Carolina	Educação & Realidade	2016
A política educacional do Acre e os resultados do Ideb	Gusmão, Joana Buarque de, Ribeiro, Vanda Mendes	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2016
TDAH e boa avaliação no IDEB: Uma correlação possível?	Santos D.F.M., Franco A.F., Tuleski S.C.	Psicologia Escolar e Educacional	2016
Estudo Exploratório sobre Eficiência nas Escolas Municipais Paulistas: melhores práticas e desempenho no IDEB	Ferreira J., Salgado A.P., Jr., Novi J.C., Miura I.K., Diogo D.O.	Meta: Avaliação	2017
Volatilidade dos resultados de proficiência e seu impacto sobre as metas do Ideb nas escolas públicas de minas gerais	Pontes, Luís A. F., Soares, Tufi Machado	Educação em Revista	2017
Tecendo relações entre a motivação para as aulas de educação física e o Ideb	Costa L.C.A.D., Flores P.P., Andrade N.D.P., Anversa A.L.B., Souza V.D.F.M.D.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2018
Os cavalos também caem: Tratado das inconsistências do IDEB	Figueiredo, Dalson, Carmo, Erinaldo, Maia, Romero, Silva, Lucas	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2018
Avaliação nacional e internacional no Brasil: Os vínculos entre o PISA e o IDEB	Villani M., Oliveira D.A.	Educação & Realidade	2018

Quadro 1 - Publicações na Scopus e Scielo com o termo "IDEB" no título

Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

Assim, cada publicação será avaliada em que medida respondem as perguntas de pesquisa elaboradas e o resultado desse estudo será exposto no Quadro 2.

Os resultados encontrados, assim como a Análise e Apresentação dos Dados são apresentados na próxima seção. Esta fase refere-se à quinta etapa da metodologia empregada.

As etapas finais da Revisão Sistematizada: (6) Análise e Apresentação dos Dados e (7) Aprimoramento e Atualização da Revisão serão abordadas nas Considerações Finais, concluindo assim, a proposta deste artigo e a metodologia adotada.

5. RESULTADOS

Uma análise preliminar das publicações aponta a filiação dos periódicos, conforme é possível observar na Figura 2.

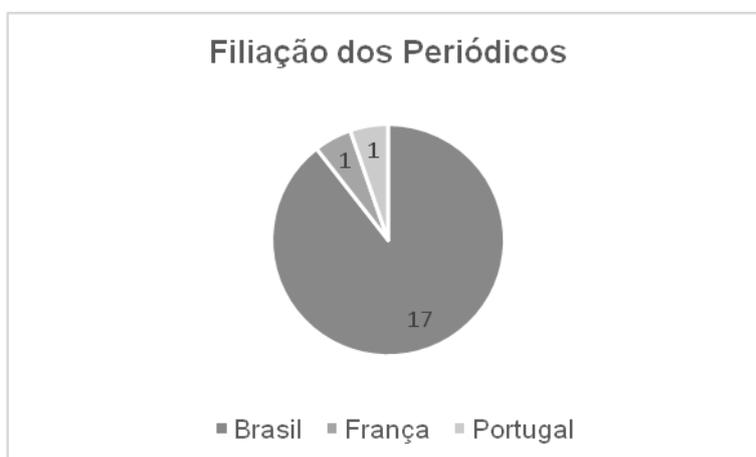


Figura 2 - Filiação dos Periódicos
Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

A grande maioria dos artigos publicados que continham o termo "IDEB" no título, nas bases Scopus e Scielo, eram brasileiras. Apenas Portugal e França aparecem na listagem com 1 publicação cada. Este fato já era esperado, uma vez que se trata de um índice educacional brasileiro.

Na Figura 3 verifica-se a quantidade de publicações por ano.

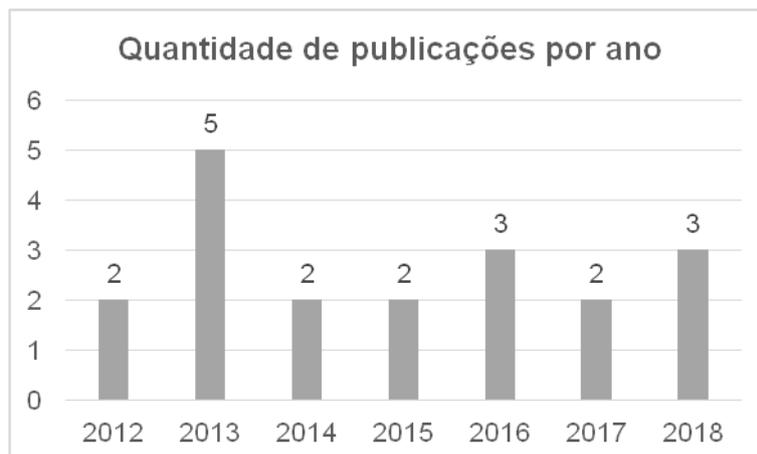


Figura 3 - Quantidade de publicações por ano
Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

Apesar do IDEB ter sido criado em 2007, constatou-se publicações somente a partir do ano de 2012 e um pico em 2013. Vale lembrar que não foi aplicado qualquer filtro com relação às datas ou períodos. Assim, foram listados todos os artigos publicados nos periódicos indexados nas bases consultadas até a data da coleta dos dados, ocorrida em 14 de julho de 2019.

Todos os artigos possuem texto completo em português e, 5 destes, possuem também o texto em inglês. Não se observou predominância de nenhum autor em relação aos outros, já que cada autor principal possuía apenas 1 publicação.

A quantidade de publicações por periódico é demonstrada na Figura 4, essa avaliação mostra-se relevante para verificar as revistas científicas que mais abordam e se interessam pelo tema. A *Revista Ensaio* e a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* destacaram-se com 4 artigos publicados cada.

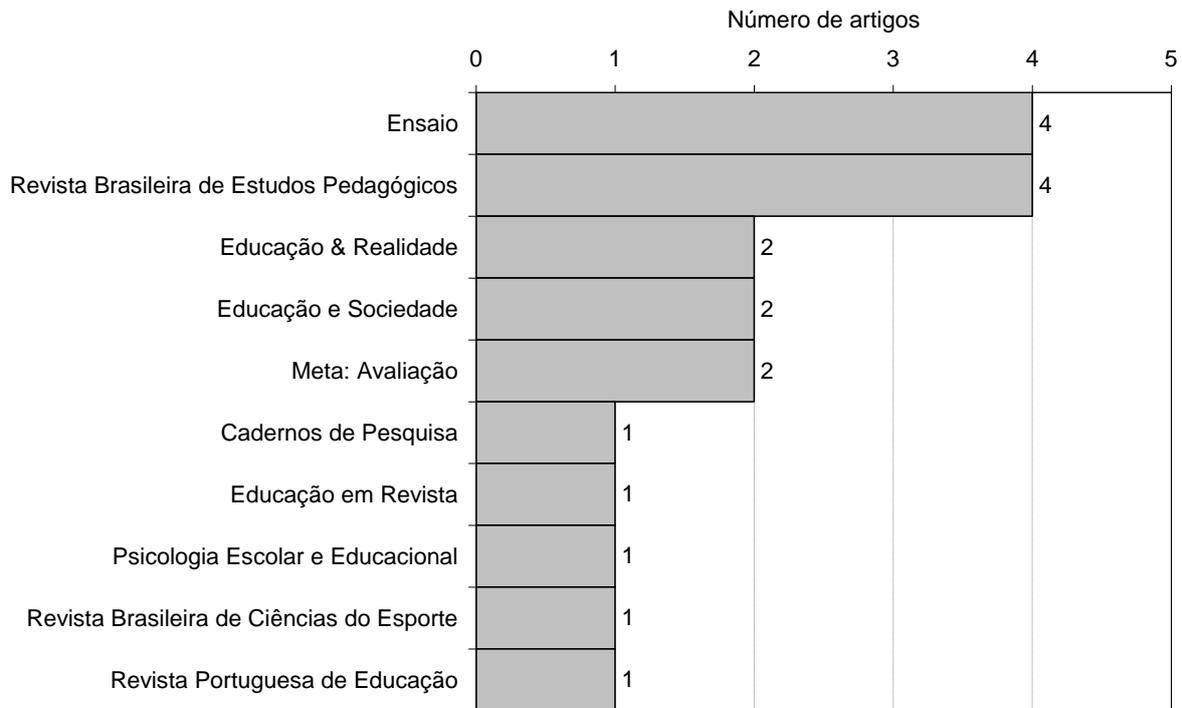


Figura 4 - Quantidade de publicações por periódico
Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

No Quadro 2 é possível verificar o Resultado da Coleta de Dados, listados por publicação e, em seguida, as duas questões norteadoras deste trabalho. A Questão 1 refere-se a seguinte pergunta: A publicação utiliza-se do IDEB para mensurar a qualidade da Educação conforme preconiza a legislação? A segunda questão é um desdobramento da primeira e busca saber: Que variáveis são apontadas como responsáveis por um melhor cenário educacional?

PUBLICAÇÃO	QUESTÃO 1	QUESTÃO 2
Andrews; Vries (2012)	Sim	Pobreza; Os resultados mostram que a pobreza tem um forte impacto no desempenho escolar, chegando a explicar até 60% da variação.
Mesquita (2012)	Sim	Envolvimento da comunidade escolar, a mobilização dos professores e melhoria da gestão.
Almeida; Dalben; Freitas (2013)	Em parte	[...] embora o Ideb seja um instrumento promissor para a análise das escolas, não consegue, sozinho, ainda que abrangesse o Nível Sócioeconômico em seu cálculo, apreender a especificidade de cada uma das instituições analisadas ou sua eficácia, já que, por melhores que sejam as tecnologias utilizadas, sempre estarão sujeitas aos limites do próprio instrumento, estando condenadas a ser uma pálida e imperfeita foto da realidade escolar.
Costa-Hübes (2013)	Sim	Avanços significativos foram verificados na qualidade do ensino nos municípios envolvidos, principalmente no que diz respeito à disciplina de Língua Portuguesa.
Freire; Ferreira (2013)	Em parte	O Ideb é insuficiente para medir a qualidade por limitar-se a duas variáveis. Ambiente educativo; Avaliação; Prática pedagógica; Gestão escolar democrática; Formação e condições de trabalho dos profissionais; Ambiente físico; Acesso, permanência e sucesso na escola.
Duarte (2013)	Em parte	Isso significa que a presença de alunos em situação de pobreza tem efeito negativo bastante considerável no Ideb da escola; custo-aluno, população e região também Interferem nessa relação.
Soares; Xavier (2013)	Em parte	O Ideb deve ser divulgado de forma contextualizada, que contenha pelo menos uma descrição do nível socioeconômico das escolas ou dos municípios. Idealmente, outras características das escolas, como sua infraestrutura, devem também ser consideradas.
Schneider; Nardi (2014)	Em parte	Questiona se o índice realmente mede a qualidade; Ainda que a avaliação preceda a etapa da responsabilização, ela coloca em causa apenas o desempenho dos estudantes e das escolas, excluindo outros fatores que intervêm nas condições de qualidade .
Zampiri; Souza (2014)	Sim	A análise das informações revelou que a ação governamental é decisiva na distribuição do direito à educação, pois tem a função de equalizar trajetórias educacionais de todos.
Real (2015)	Sim	Desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, para além da formação inicial de professores, explicita potencial de articulação entre educação superior e educação básica.
Chirinéa; Brandão (2015)	Em parte	Valorização docente, piso salarial compatível com a função, redução do número de estudantes por sala, bibliotecas e salas de informática equipadas, cursos de formação e aperfeiçoamento para professores, aumento do valor de financiamento da educação; nível cultural e socioeconômico dos estudantes; condições materiais e imateriais de trabalho; gestão escolar; infraestrutura adequada à excelência dos processos educativos.

PUBLICAÇÃO	QUESTÃO 1	QUESTÃO 2
Bernado; Christovão (2016)	Sim	Programa Mais Educação; educação (em tempo) integral e gestão democrática.
Gusmão; Ribeiro (2016)	Sim	Chegada de novos atores ao poder, que formularam políticas após diagnóstico e análise de testes padronizados; Estratégias de planejamento; Inserir a escola e a aprendizagem no centro de ações de valorização do professor; Melhoria da infraestrutura das escolas; Respeito à identidade acreana e fortalecimento da cooperação entre estado e municípios.
Santos; Tuleski; Franco (2016)	Em parte	Práticas pedagógicas diferenciadas como fator de qualidade que diminuiria a necessidade de medicação em crianças com TDAH, mas a pesquisa não concluiu isso.
Ferreira et al. (2017)	Sim	Práticas pedagógicas e de gestão; Apoio dos pais ou responsáveis na validação das ações da escola; Integrar toda a comunidade escolar (alunos, professores, gestores, funcionários, pais e familiares); Boa frequência dos alunos; Baixa rotatividade de professores; Acompanhamento docente no processo de ensino-aprendizagem do aluno; Preparação específica para a avaliação externa; Existência de um sistema disciplinar.
Pontes; Soares (2017)	Sim	O estabelecimento de metas precisa considerar a volatilidade das médias de proficiências e uma janela temporal adequada, de tal forma que a meta não seja construída apenas com base na última avaliação.
Costa et al. (2018)	Sim	Escolares de maior Ideb tiveram uma motivação superior no que se refere à competência. Isso cria um ambiente favorável para aprendizagem/desenvolvimento do aluno, torna-o assim mais competente em suas atividades.
Figueiredo et al. (2018)	Em parte	Correlação entre o desempenho aferido pelo IDEB nas três etapas da educação básica (Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio); E como lembra Campbell (1976), quando um indicador quantitativo é utilizado para a tomada de decisão, ele fica mais sujeito às manipulações e, com isso, sua própria existência compromete os processos que ele mesmo deveria monitorar.
Villani; Oliveira (2018)	Em parte	Algumas fragilidades apontadas em relação ao IDEB, demonstram que além de problemas metodológicos, esse processo não conseguiu abarcar a complexidade representada pelo sistema educativo brasileiro.

Quadro 2-Resultado da Coleta de Dados

Fonte: Andrews; Vries (2012), Mesquita (2012), Almeida; Dalben; Freitas (2013), Costa-hübes (2013), Freire; Ferreira (2013), Duarte (2013), Soares; Xavier (2013), Schneider; Nardi (2014), Zampiri; Souza (2014), Chirinéa; Brandão (2015), Real (2015), Bernado; Christovão (2016), Gusmão; Ribeiro (2016), Santos; Franco; Tuleski (2016), Ferreira et al. (2017), Pontes; Soares (2017), Costa et al. (2018), Figueiredo et al. (2018), Villani; Oliveira (2018).

Observa-se na Figura 5, a quantidade de publicações que se utilizam do IDEB para mensurar a qualidade da Educação. Pouco mais da metade das publicações trataram o IDEB como índice capaz de mensurar a qualidade da educação no país.

De fato, ele foi concebido e tratado na legislação específica para tal função. Contudo, 9 publicações reconhecem sua importância, mas consideram que o IDEB mede a qualidade da educação apenas em parte.

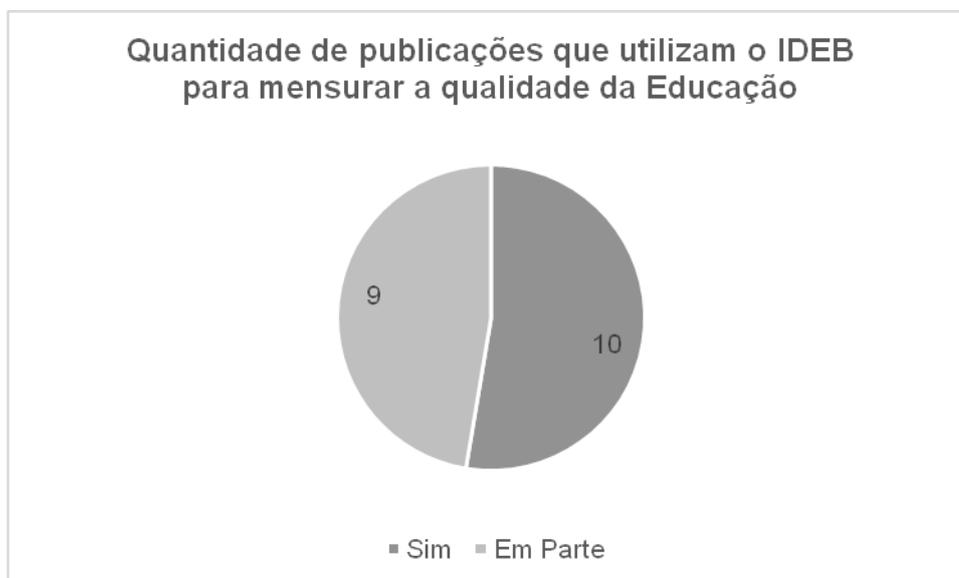


Figura 5 - Quantidade de publicações que utilizam o IDEB para mensurar a qualidade da Educação
Fonte: Scopus (2019) e Scielo (2019)

Sua importância é incontestável e sua manutenção, essencial. Freire e Ferreira (2013, p. 318) alertam para o “fato que sua fórmula não é capaz de avaliar a qualidade de ensino de uma escola” (FREIRE; FERREIRA, 2013, p. 318). Portanto, verifica-se a necessidade de colocar o IDEB como uma análise incipiente, aprofundando as questões a respeito da qualidade com outros indicadores, variáveis e avaliações. Chirinea e Brandão (2015, p. 474) afirmam que

O IDEB se mostra incapaz de retratar de forma completa a realidade das instituições escolares, porque existem outras variáveis que interferem na qualidade da educação, como: gestão escolar; formação e condições de trabalho dos professores; ambiente educativo; prática pedagógica e de avaliação, e acesso e permanência na escola. A qualidade, neste sentido, não é um fator estanque e não pode ser buscada somente com testes que medem o conhecimento cognitivo dos alunos (CHIRINEA; BRANDÃO, 2015, p. 474).

Soares e Xavier (2013, p. 915) alertam para o fato de que ao considerar um único índice para verificar a qualidade do sistema educacional, faz com que as escolas busquem maximizar as variáveis aferidas, ignorando uma série de outras, o

que pode “levar a um sistema educacional disfuncional” (SOARES; XAVIER, 2013, p. 915).

A fim de auxiliar essa avaliação de forma mais completa, é que a segunda questão de pesquisa foi elaborada. Observou-se nas publicações uma vasta gama de variáveis que foram utilizadas para aferir a qualidade da educação prestada nos mais diversos níveis. Algumas variáveis são mais qualitativas e capazes de se medir apenas numa imersão escolar, outras são mais generalizadas e disponibilizadas nos censos.

Esse levantamento pretende subsidiar avaliações mais profundas a respeito da qualidade da educação prestada nas diversas dependências administrativas (desde a escola até os municípios, estados e federação). As variáveis listadas (Quadro 2) servem de referência para subsidiar a escolha dos elementos a serem investigados em estudos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a qualidade como grande desafio da educação brasileira e, ainda que sejam reconhecidas as limitações do IDEB, ele é o índice responsável por avaliar a Educação Básica no Brasil. Sendo assim, o IDEB deve ser considerado para análises primárias, porém, outras variáveis devem ser utilizadas para entender melhor o contexto educacional estudado.

Para além de melhorar o índice, o foco deve ser a melhoria do ensino ofertado. Para isso, é necessário aprofundar-se nas fragilidades do sistema educacional em suas principais dificuldades num processo de reflexão interna a iniciar nas escolas. Transformar o IDEB num primeiro passo é essencial para vencer o grande desafio que é transformar a educação do país.

A busca por melhores e mais efetivas práticas pedagógicas é que vão permitir aos jovens brasileiros aprender o que precisam para uma vida mais digna e capaz de resolver, não só as questões das provas padronizadas, mas de mobilizar conhecimentos em situações reais.

As avaliações em larga escala apontam que a educação brasileira evolui, numa velocidade aquém da esperada, mas é possível verificar seus avanços. Tanto o IDEB quanto o PISA apresentam melhoras ao longo da evolução histórica. Resta

agora, reconhecer as dificuldades que ainda existem e enfrentá-las para vencer os degraus que ainda restam ao desenvolvimento da educação no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. O Ideb: Limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013.

ARRETCHE, Marta T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 29-39.

ANDREWS, C. W.; VRIES, M. S. D. Pobreza e municipalização da educação: análise dos resultados do IDEB (2005-2009). **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 826-847, dez. 2012.

BERNADO, E. DA S.; CHRISTOVÃO, A. C. Tempo de Escola e Gestão Democrática: o Programa Mais Educação e o IDEB em busca da qualidade da educação. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 4, p. 1113-1140, dez. 2016.

BRASIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (BRASIL, 1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (BRASIL, 2007). **Decreto Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (BRASIL, 2014). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. DA F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 87, p. 461-484, jun. 2015.

COSTA, L. C. A. DA et al. Tecendo relações entre a motivação para as aulas de educação física e o Ideb. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, n. 4, p. 370-373, out. 2018.

COSTA-HÜBES, T. DA C. Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para municípios com baixo Ideb. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 501-523, ago. 2013.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo: Editora Moderna; Todos pela Educação, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DUARTE, N. DE S. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 343-363, ago. 2013.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. **Avaliação da qualidade da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 2009.

FERREIRA, J. et al. Estudo Exploratório Sobre Eficiência nas Escolas Municipais Paulistas: melhores práticas e desempenho no IDEB. **Revista Meta: Avaliação**, v. 9, n. 25, p. 32, 26 abr. 2017.

FIGUEIREDO, D. et al. Os cavalos também caem: Tratado das inconsistências do IDEB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 552-572, jul. 2018.

FREIRE, E. S.; FERREIRA, L. G. Qualidade de Ensino e Formação de Professores: interrelação com o IDEB e a Prova Brasil. **Meta: Avaliação**, v. 5, n. 15, p. 298-326, set./dez. 2013.

FREITAS, D. N. T. de; OVANDO, N. G. A avaliação educacional em contextos municipais. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, p. 963-984, dez. 2015.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. D. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as ciências do movimento humano. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 20, n. 1, p. 395, 11 dez. 2013.

GUSMÃO, J. B. et al. A política educacional do Acre e os resultados do Ideb. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, n. 247, p. 472-489, dez. 2016.

INEP (INEP, 2019a). **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. (INEP, 2019b). **Metas: o que são as metas de qualidade educacional**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/ideb/metas>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete educação básica. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-basica/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 76, p. 587-606, set. 2012.

PISA. **Brasil no PISA 2015: sumário executivo**. INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PNUD. **Human Development Indices and Indicators 2018: Statistical Update**. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em 10 jul. 2019.

PONTES, L. A. F.; SOARES, T. M. Volatilidade dos resultados de proficiência e seu impacto sobre as metas do Ideb nas escolas públicas de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 33, n. 0, 2017.

REAL, G. C. M. Relação entre educação básica e educação superior: algumas considerações com base em estudo exploratório do Ideb em Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 242, p. 146-161, abr. 2015.

SANTOS, D. F. M. et al. TDAH e boa avaliação no IDEB: uma correlação possível? **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 515-522, dez. 2016.

SCHEIBE, Leda. Educação Básica no Brasil: Expansão e qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.8, n.14, p.101-113, jan-jun, 2014.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. O IDEB e a construção de um modelo de accountability na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 07, 28 jul. 2014.

SCIELO. Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SCOPUS. Disponível em: <<https://www.scopus.com/home.uri>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 903-923, set. 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. São Paulo, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/quatro-em-cada-10-jovens-de-19-anos-ainda-nao-concluiram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 10 jul 2019.

VILLANI, M.; OLIVEIRA, D. A. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out. 2018.

ZAMPIRI, M.; SOUZA, Â. R. O direito ao Ensino Fundamental em uma leitura dos resultados do IDEB e da política educacional em Curitiba-PR. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 755-775, set. 2014.